

**ARTIGO****TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BASE LOCAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DA ILHA DAS CAIEIRAS**

Holendina Rodes de Oliveira <sup>1</sup>, Adriana Sartório Ricco <sup>2</sup>

**RESUMO**

Esta pesquisa de Iniciação Científica teve como objetivo estudar o caso da Ilha das Caieiras, comunidade tradicional localizada no município de Vitória (ES) e em processo de implantação das diretrizes do turismo de base local, liderado por um organismo do terceiro setor, apoiado por instituições públicas. Para tal, na primeira fase desta pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico com base em pressupostos teóricos que balizam a temática do desenvolvimento sustentável do turismo e turismo de base local. Na segunda fase, foi realizado um estudo descritivo, por meio de amostragem qualitativa de moradores da Comunidade da Ilha das Caieiras que depõem sobre suas experiências referentes à intervenção pública e do terceiro setor no desenvolvimento da atividade turística na localidade. A técnica de investigação utilizada nessa fase é o estudo de campo a partir do levantamento das experiências por meio de visitas *in loco*, que privilegiou como instrumentos de coleta a história oral, a entrevista semi-estruturada e, ainda como método de abordagem, a observação participante na comunidade pesquisada. O resultado dessa pesquisa é a constatação de que a localidade estudada tem baixa participação direta do poder público e da maioria dos moradores locais; seu desenvolvimento é lento, mas tem capacidade para crescer, pois há iniciativas de implantação do turismo de base local em curso. É preciso adquirir uma parceria concreta entre poder público, terceiro setor, iniciativa privada e a própria comunidade, para que, diante disso, seja efetivado o modelo de turismo de base local na comunidade da Ilha das Caieiras.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Local. Comunidades Tradicionais. Turismo Sustentável.

**RÉSUMÉ**

Cette étude porte sur le cas de l'île de Caieiras communauté traditionnelle située à Vitória (ES) et sur le processus de mise en œuvre des lignes directrices relatives au tourisme local, géré par un organisme du tiers-secteur soutenu par les institutions publiques. Ainsi, la première phase de cette étude a été réalisée sur la base d'une recherche bibliographique que portant sur des hypothèses théoriques consacrées au thème du développement durable touristique et sur le tourisme local. Dans la deuxième phase, une étude descriptive a été réalisée en utilisant un échantillonnage qualitatif des résidents de l'île de Caieiras, qui témoignent de leurs expériences liées

<sup>1</sup> A autora é graduada do curso de turismo pela Faculdade Estácio de Sá em Vitória – ES.

<sup>2</sup> Orientadora: turismóloga, mestra em Educação, Comunicação e Administração pela Universidade São Marcos e professora da Faculdade Estácio de Sá de Vitória – ES.

à l'intervention publique et à celle du tiers-secteur dans le développement du tourisme local. La technique d'investigation utilisée dans cette phase de la recherche est la cartographie des expériences à travers des visites sur le terrain, privilégiées comme technique de collecte de données, et l'observation active de la communauté sélectionnée. Le résultat de cette recherche est le constat que la localité étudiée connaît une faible participation directe du gouvernement (ou des pouvoirs publics) et de la plu part de ses habitants. Son développement est lent, mais elle a néanmoins la capacité de le faire, grâce aux initiatives déjà en cours pour implanter le tourisme local. Il faut établir un partenariat concret entre le gouvernement (ou les pouvoirs publics), le secteur tertiaire (ou le tiers-secteur), le secteur privé et la communauté elle-même, de sorte que soit mis en place un modèle touristique local dans la communauté de l'île de Caieiras.

**Mots-clés:** Tourisme de base local. Communautés traditionnelles. Tourisme durable.

## 1 INTRODUÇÃO

Por caracterizar-se como fenômeno multisetorial e multidisciplinar, o turismo tem importante e estratégico papel no desenvolvimento local. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o setor favorece o desenvolvimento local; gera emprego, aumento de renda dos trabalhadores, investimentos de capital em novas oportunidades de negócio; cria novas organizações, incluindo pequenas e médias empresas; além de outras vantagens. Por sua vez, o desenvolvimento do turismo pode trazer impactos negativos nas comunidades onde se insere, comprometendo sua sustentabilidade.

As conseqüências do grande fluxo de pessoas nesses ambientes fazem com que o planejamento dos espaços, equipamentos e atividades em geral, apresentem-se como fundamental para evitar danos sobre estes meios e manter a atividade dos recursos para gerações futuras.

O desafio, portanto, seria a gestão da atividade visando fortalecer suas potencialidades e minimizar seus impactos negativos, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida, o aumento da competitividade e o poder de

atração turística, assim como para a preservação e a proteção dos ambientes cultural e ambiental.

Em contraponto a um turismo de massas surgem novas formas de gestão da atividade turística que têm como princípios respeitar as capacidades de absorção dos espaços de recepção, em termos naturais, culturais e sociais, promovendo a conservação dos recursos locais, físicos e humanos. São formas de gestão de um turismo alternativo – ou tomado como turismo de base local ou comunitária – caracterizando-se como uma “mediação possível” de dinamizar a economia dessas comunidades, e trazer essa população para participar ativamente dessa atividade.

Dentro dessa realidade, este estudo procura analisar as boas práticas no desenvolvimento desta atividade de base local, sobretudo no que diz respeito à preservação das identidades cultural e ambiental do lugar, aliando desenvolvimento e sustentabilidade por meio de um planejamento específico baseado em cada comunidade em que acontece além da incessante busca de soluções locais na escala humana, endógena e social.

A partir desse contexto, surge como interesse questionar de que forma o poder público e o terceiro setor têm atuado em comunidades que apresentam experiências sustentáveis e de base local e as efetivas práticas de desenvolvimento local e de transformação da realidade por meio do turismo.

A presente pesquisa pretende avaliar as ferramentas de gestão que são utilizadas para desenvolver as propostas turísticas de base local, a aceitação das comunidades ou grupos comunitários em participar do processo e o nível de participação do terceiro setor em comparação ao poder público no que diz respeito às capacidades técnicas na execução das iniciativas.

Há a necessidade de averiguar a credibilidade dos órgãos públicos perante as comunidades, quais propostas aplicadas utilizam fundamentos básicos do turismo

de base local como o empoderamento comunitário e planejamento participativo; verificar também, se há participação do poder público em investimentos e na execução técnica e ainda se há diretrizes que norteiam o processo de intervenção quando há participação do poder público.

Especificamente, o projeto que ora se apresenta consiste em estudar o caso da Ilha das Caieiras – comunidade tradicional localizada no município de Vitória e em processo de implantação das diretrizes do turismo de base local, liderado por um organismo do terceiro setor apoiado por instituições públicas. Os principais fatores que determinaram a escolha dessa comunidade como objeto de estudo são o reconhecimento formal do poder público – e, de forma mais direcionada, do órgão detentor da execução das políticas públicas do turismo em nível nacional, o Ministério do Turismo e a participação direta de instituições do terceiro setor na implantação e consolidação das iniciativas.

Como procedimento metodológico, na primeira fase da pesquisa, foi feito um estudo exploratório acerca dos pressupostos teóricos que balizam a temática do desenvolvimento sustentável do turismo e turismo de base local, cujo delineamento foi a pesquisa bibliográfica.

Na segunda fase, foi realizado um estudo descritivo por meio de amostragem qualitativa de moradores da Comunidade da Ilha das Caieiras que depõem sobre suas experiências referentes à intervenção pública e de terceiro setor no desenvolvimento da atividade turística na localidade; a técnica de *in loco* e observação participante na comunidade selecionada.

Existem vários tipos de metodologias de pesquisa, que variam de acordo com os objetivos e métodos utilizados por seus autores. Das diversas taxonomias existentes para as investigações e seus métodos, optou-se neste trabalho de investigação adotar a classificação apresentada por Vergara (2004).

As pesquisas podem ser avaliadas quanto aos seus fins e quanto aos seus meios. Quanto aos fins, propõe uma reflexão sobre a finalidade em si da pesquisa, considerando-se sua metodologia. Nesse caso, pode-se dizer que o presente estudo é do tipo descritivo.

Quanto aos meios, ou seja, quanto à forma metodológica elaborada para a geração de dados primários, pode-se considerar esta pesquisa como sendo de base bibliográfica e documental, com coleta de dados em campo. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

Para a coleta de dados em campo foram utilizados como instrumentos as entrevistas semiestruturadas dirigidas aos principais atores sociais da comunidade envolvida, utilizando-se, por vezes, a técnica da história oral. As entrevistas também foram dirigidas aos representantes públicos das secretarias de turismo e meio ambiente do município e Estado, além de gestores dos projetos e representantes de instituições do terceiro setor envolvidos. Por fim foi utilizado formulário de observação participante para registros descritivos, analíticos e imagéticos da realidade pesquisada.

A prática de coleta de dados em campo costuma ser muito enriquecedora no sentido de produzir informações onde as mesmas ainda não tenham sido produzidas. É o caso da pesquisa em questão: a literatura ainda é escassa e, especificamente na comunidade selecionada como objeto de estudo, não há respostas e resultados que comprovem a eficácia de programas de desenvolvimento do turismo a partir da intervenção de órgãos públicos e outras entidades ligadas ao setor.

Para a análise, os dados foram interpretados fazendo um cruzamento de dados que permitiu perceber as relações entre as várias categorias de informações, bem como uma leitura mais ampla desses dados, confrontando-os com os conceitos teóricos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO

Foi no final do século XX que a sociedade começou a se sensibilizar em relação à degradação permanente do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento que se apresentava. Fez-se necessário, então, criar um novo conceito de desenvolvimento, que trata o termo sustentabilidade como algo que concretizasse o equilíbrio entre a sociedade e o meio ambiente, na tentativa de reverter o processo de degradação e em buscar novas alternativas para a preservação da natureza e do seu ecossistema.

Segundo Almeida (2002, p. 28)

A noção de sustentabilidade pode ser melhor entendida quando atribuímos um sentido amplo à palavra “sobrevivência”. O desafio da sobrevivência – luta pela vida – sempre dominou o ser humano. Inicialmente no enfrentamento dos elementos naturais; e mais tarde, sobretudo agora no século XXI, no enfrentamento das conseqüências trazidas pelo imenso poder de transformação desses elementos acumulado pelo homem.

Ricco (2012) acrescenta que, assim como em várias atividades produtivas, na década de 1990, surge o conceito de turismo sustentável, que “[...] constitui a necessidade de agregar às atividades econômicas o uso racional dos recursos da natureza”, visando à preservação do meio em que se encontra para que as futuras gerações tenham acesso a esses recursos.

O desenvolvimento econômico do turismo pode ser viável e constitui a maioria dos objetivos dos planos local, regional e nacional, apesar de seus impactos serem praticamente inevitáveis, o que demonstra a necessidade de empreender planos que considerem a sustentabilidade da atividade. No entanto, toda e qualquer proposta de desenvolvimento econômico somente terá razão se houver garantias para sustentabilidade em seus diversos enfoques e abrangências, e o turismo pode ser

uma das alternativas para contribuir com a minimização dos problemas de esgotamento ambiental.

O turismo surge segundo Alexandre (2003), como uma ferramenta do desenvolvimento dinâmico, gerador de empregos e motor de recursos, ao mesmo tempo em que fortalece a gestão sustentável dos patrimônios natural e cultural como elementos formadores do produto turístico e conseqüentemente mantenedores de sua própria sobrevivência.

No entender de Ricco (2009, p.127)

Pode-se dizer que o turismo é um fenômeno social que surgiu como atividade organizada no século XIX, tendo se projetado como fenômeno de massa a partir da Segunda Guerra Mundial. O processo de urbanização, a regularização do trabalho com a conquista gradativa do tempo livre, e a melhoria dos meios de transporte foram alguns dos fatores que contribuíram para a inserção dessa atividade como propulsora de desenvolvimento em vários países do mundo.

É possível aferir então que, para a realização do turismo, é necessário ter em mente que se necessita da atuação de outro fenômeno social, que é o tempo livre, que nada mais é senão o tempo que o indivíduo dispõe para o ócio, o nada fazer. Essa essência é um conjunto de manifestações que se relacionam e atuam entre si de ordens ideológica, política, econômica, social, psicológica e físico-ambiental (RICCO, 2009).

Para a OMT, turismo pode ser conceituado com:

[...] atividade econômica representada pelo conjunto de transações de compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa” (EMBRATUR, 1992).<sup>3</sup>

Assim, faz-se possível, com o turismo, aumentar a movimentação financeira de determinada localidade, tornando-se instrumento de grande valor econômico na

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>. Acesso em 30 de mai. de 2012

geração de divisas financeiras para as localidades que o desenvolvem de maneira sustentável.

## 2.2 TURISMO DE BASE LOCAL

O turismo é um sistema aberto que influencia e é influenciado por outros sistemas, com isso surge a importância em se criar uma nova modalidade para a atividade turística, onde sejam incorporadas as transformações exigidas pela sociedade, uma atividade turística que se contraponha ao turismo convencional, com princípios éticos e humanitários, respeitando a existência de um povo, seus patrimônios cultural e natural, visando à melhoria da qualidade de vida da população, em que a preservação da natureza seja fator prioritário, que enriquece a condição humana.

O desenvolvimento local baseado no turismo sustentável envolve relações bastante complexas e só poderá ser concretizado se forem levadas em consideração as diversas dimensões da realidade de uma dada região.

Para Seabra (2007, p.12), turismo de base local é definido como:

Uma viagem de lazer e entretenimento voltado para a melhoria da qualidade de vida da comunidade anfitriã, com respeito ao meio ambiente e que proporcione trabalho e renda para a população residente. Este modelo requer respeito ao princípio da acessibilidade e da solidariedade entre os povos, centrado mais no ser e menos na economia de mercado.

Assim a construção social do desenvolvimento exige a atenção de toda a sociedade e a valorização da cultura, um estímulo à participação das comunidades para maior dinamização econômica: estratégia eficaz e eficiente, sobretudo para os segmentos sociais menos privilegiados.

Atualmente, as comunidades estão cientes de suas potencialidades e valores, mesmo sem saber como administrar, acreditam que o turismo pode ser aproveitado de modo social e financeiro desde que organizado de maneira participativa, legitimando os moradores como beneficiários de toda ação do turismo de base local.

Portuguez (2012, p. 129) ressalta a importância da participação de todos os atores neste processo:

Para a geração de emprego e renda locais; fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística; diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local; estruturar este segmento turístico, em face de crescente demanda turística, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados.

O turismo de base local como mecanismo efetivo dos desenvolvimentos local, regional e de ocupação do território assume o papel de protagonista e se torna um elemento norteador pela melhoria da qualidade de vida das populações em localidades afetadas pelo fenômeno turístico, cuja participação de outros atores se torna essencial para esse desenvolvimento.

Segundo Irving (2001, p.145), é possível conceituar turismo de base local como sentido de pertencimento ao local:

O local extrapola o conceito de lugar e ganha uma dimensão de qualidade, de sustentabilidade, de potencialidade futura. Na perspectiva do local visualiza-se também a oportunidade de inovação, o compromisso de participação e de aderência social e, o engajamento dos atores sociais no processo de tomada de decisões e a conservação do patrimônio natural.

É aí que residem as diferenças sutis na conceituação dos dois modelos de turismo – o turismo de base local e o turismo de base comunitária.

Irving (2009, p. 113), faz uma analogia no modelo de turismo de base local com o turismo de base comunitária, acrescentando que:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

Percebe-se que, no modelo apresentado por Irving, para que haja o desenvolvimento no turismo de base comunitária, é necessário que o protagonista deste destino seja o sujeito e não o objeto desse contexto.

Quando Portuguese se refere a turismo de base comunitária, concorda com o que Irving apresenta, pois é possível entender que se refere “às atividades, serviços e empreendimentos relacionados às comunidades que recebem o turista” (PORTUGUEZ, 2012, p, 129). Pois ao organizar a produção turística com base territorial consideramos a comunidade local como protagonista nesse contexto.

Observando o que disseram os autores, é possível observar que ambos os modelos de gestão do turismo se assemelham e até podem confundir em sua conceituação, mas não significam a mesma coisa. É preciso entender que o turismo de base local é aquele que exige a participação do poder público, do terceiro setor e de iniciativas privadas para complementar seu quadro no desenvolvimento turístico, pois é uma estrutura nova que se inicia e a comunidade pode não estar apta a desenvolver sem o auxílio de colaboradores suas atividades em prol do desenvolvimento turístico local. Já o turismo de base comunitária é aquele cuja comunidade sente-se apta a conduzir suas atividades turísticas sem a participação direta de outros atores, pois já se beneficiaram de planejamento e conhecimento necessários para liderarem seus projetos com base no que foi apresentado pelos atores que ali participaram diretamente em algum outro momento. Em outra perspectiva, podemos considerar que o “turismo de base comunitária” é um modelo de gestão mais amadurecido do que o “turismo de base local”, ou seja, o primeiro evoluiu em decorrência do segundo modelo.

O objetivo inicial do presente trabalho é partir dos postulados teóricos do turismo de base local, visto que, o que se observa, em primeira instância, na comunidade pesquisada é a atuação primeira de organismos públicos e de terceiro setor na condução da atividade do turismo naquela região. No entanto, isto não impede que as discussões sobre o turismo de base comunitária surjam neste contexto, visto que

este modelo significa um “evoluir” da atividade em comunidades consideradas tradicionais, conferindo a elas autonomia na liderança do processo de desenvolvimento.

Dentro dessa realidade, para que o desenvolvimento se concretize não basta focar somente a economia concentrada: é preciso que essa riqueza seja para todos, elevando o poder aquisitivo e a qualidade de vida da sociedade. O desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas e têm assegurado uma existência digna e um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família, moradia, saúde, alimentação, bem estar, repouso e lazer.

É preciso compreender que essa discussão parte da interpretação do turismo não apenas como fomento para o mercado, mas principalmente como fenômeno social complexo. É necessário visualizar a comunidade como um foco da transformação social, caracterizar o lugar turístico através do enfoque da preservação dos seus costumes e tradições, baseando-se na gestão, nas políticas e nas estratégias mais compatíveis para que haja essa transformação.

No planejamento da atividade turística, é preciso levar em conta alguns atores que podem fazer a diferença entre o êxito e o fracasso do plano de desenvolvimento do turismo de uma determinada localidade. São eles: o homem e seu *habitat*; as tendências que caracterizam uma determinada região; as potencialidades da localidade e, por fim, a demanda que essa localidade tem a oferecer para o mercado turístico. Com isso, faz-se necessária uma previsão de futuro, baseando-se na identificação e na análise das oportunidades e das ameaças existentes, avaliando os pontos fracos e explorando os pontos fortes da localidade onde o plano de ação estiver entrando em vigor (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

É sabido que uma visão de precaução diante da capacidade de carga natural e social da localidade deve ser respeitada, essa medida pode evitar prejuízos causados não só à comunidade, mas também a todo o seu entorno e meio

ambiente, sendo necessária a criação de estratégias alternativas para o desenvolvimento do turismo sustentável em dada localidade.

Observando o que diz Ruschmann (2009), é possível entender que o maior obstáculo para a elaboração de ações que viabilizam a estruturação de planos estratégicos para a implementação e desenvolvimento do turismo ainda se encontra nos diferentes enfoques e conceitos estatísticos para preparação e implementação dos planos turísticos. Assim é possível citar algumas ações que devem ter relevância no momento de elaboração dos planos turísticos:

- Maximizar ou legitimar os recursos locais que apresentem alto potencial para o desenvolvimento turístico;
- Proteger as áreas frágeis às pressões provocadas pela visita de turistas, que, pela sua natureza, deverão ter seu fluxo controlado por padrões ecológicos;
- Respeitar as características naturais e culturais das localidades;
- Determinar as responsabilidades do setor público e o envolvimento ou não do setor privado nas ações relativas ao planejamento do turismo;
- Reconhecer, medir e avaliar a intensidade quantitativa, os aspectos qualitativos da demanda turística e os impactos do turista sobre o meio ambiente e vice-versa.

Segundo nos relata Aguiar (2007), do ponto de vista do desenvolvimento do turismo local, é possível, grosso modo, estabelecer alguns pressupostos que auxiliarão nesse desenvolvimento:

- Dimensionar as potencialidades internas do território;
- Promover processos de inclusão social a partir do crescimento dos níveis de empregabilidade e de renda;
- Promover, capacitar e treinar os recursos humanos com vistas à mobilização de suas virtualidades e habilidades para realizações empreendedoras;

- Trabalhar para o seu próprio desenvolvimento a partir de um esforço endógeno e autônomo de organização social;
- Dimensionar a ociosidade dos recursos humanos e naturais e do capital social básico ou economias externas existentes.

Uma das responsabilidades para os agentes que se disponibilizam a desenvolver o turismo de base comunitária é que são encarregados de elaborar e implementar políticas de desenvolvimento turístico; propor um modelo de desenvolvimento com competitividade, sustentabilidade e justiça social.

### 2.3 TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Turismo é uma atividade em desenvolvimento que visa beneficiar as comunidades com possibilidades de se abrirem para a recepção de visitantes e é possível, em algumas regiões, resgatar a identidade de um povo, aumentando sua autoestima e alavancando sua capacidade de produção.

Para esse estudo, é importante entender um pouco sobre comunidades tradicionais, que é sabido, são aquelas comunidades que mantêm viva sua cultura, sua história, seus costumes e tradições, fazendo do seu “saber” o seu bem mais valioso. São nas comunidades tradicionais que encontramos populações com seu “*modus vivendi*” peculiar observado no preparo dos alimentos, na construção de moradias, nas danças típicas, na maneira de festejar as datas comemorativas, ou seja, um modo de vida que atualmente está desaparecendo e que, para os que vivem no meio urbano chega ser muitas vezes exótico.

Diegues (2001, p.39), nos apresenta um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais:

[...] é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema não visa somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revela a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos.

Com base nessa definição, Diegues (2001) caracteriza essas sociedades a partir da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais que se refletem na elaboração de estratégias para o bom uso dos recursos naturais, sendo estes renováveis, construindo assim seu modo de vida e passando de geração em geração todos os seus conhecimentos de maneira oral ou baseando-se nas atividades presenciadas no dia a dia, na prática do uso e do manejo dos recursos naturais.

Para Tamanini e Peixer (2007, p.327), “[...] a cultura tem se tornado uma das dimensões essenciais para a sustentabilidade social de turismo com foco no desenvolvimento local”.

Mas esse processo de desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais tem suas limitações e requer planejamento e organização. Para que se obtenha êxito nessa empreitada de inclusão do turismo em comunidades tradicionais é “[...] importante ter em mente que um dos pilares do sucesso reside justamente no período de desenvolvimento com as comunidades” (MIELKE, 2009, p. 51).

Este estudo apresenta a comunidade de pescadores da Ilha das Caieiras em Vitória (ES), comunidade tradicional que aos poucos está se destacando por suas particularidades e pelo desenvolvimento do turismo como atividade econômica e social, faz-se necessário aqui que abordemos os aspectos teóricos acerca das comunidades pesqueiras e seu modo de vida assentado principalmente na pesca artesanal, ainda que exerça outras atividades econômicas, como o artesanato, o extrativismo vegetal e a pequena agricultura.

A atividade de pesca, quando artesanal, é considerada uma arte na captura do peixe e tem sua iniciação ainda na infância, os saberes adquiridos e a cultura enquanto conhecimento faz do pescador artesanal o elo entre o seu passado e as gerações futuras, é o movimento que dá sentido a vida e às práticas adquiridas com a pesca, permitindo assim a total interação entre o pescador, a natureza e o meio onde vive. Esses conhecimentos devem ser resgatados e passados de pai para filho, para que

essa cultura não se perca e se perpetue para as gerações futuras. Sua unidade de produção é a familiar; incluem, na tripulação, conhecidos e parentes, as mulheres também participam ativamente dessa atividade, seja no conserto das redes, seja no preparo da pesca para venda ou para consumo da família, sendo possível assim manter o sustento das famílias.

Nesse cenário o papel do poder público é fornecer condições amparadas por lei aos pescadores artesanais, exercendo o seu direito de soberania para elaboração de políticas que visem proteger a diversidade cultural das comunidades tradicionais, criando condições para que essas culturas possam se perpetuar. Fazendo-se fundamental a participação da sociedade nesse processo, pois os indivíduos e os grupos sociais devem estar contidos num mesmo entorno, para que possam ter a profissão respaldada, o Estado deve ainda promover a comercialização visando abranger os setores de cooperativas e de vendas, promover o incentivo a pesca artesanal, já que esse saber é um patrimônio imaterial e deve ser preservado juntamente com a cultura e tradição de cada comunidade.

Segundo Ricco (2009, p. 226), é interessante deixar claro que,

O incentivo ao turismo não significa torná-lo uma atividade única nas regiões onde é desenvolvido. Por seu caráter sazonal, outras atividades econômicas anteriores a ele, como a agricultura e a arte da pesca nas comunidades tradicionais, que muitas vezes prevalecem como fontes de renda e precisam ser fortalecidas a fim de garantir sua própria sustentabilidade e a da comunidade.

Esse estudo observa o pescador como indivíduo principal de um contexto socioeconômico atual, onde a pesca artesanal ainda se faz necessária para a preservação da identidade de um povo, transmissão de conhecimentos e elevado valor cultural. Agregando valor e reconhecimento às comunidades tradicionais que vivem de forma sustentável, o turismo pode surgir não só como meio de vida, mas como veículo de valorização de sua história.

## 2.4 O PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS ONGS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

O poder público aparece no desenvolvimento do turismo de base local como ator social de suma importância e tem seu papel nesse contexto bem definido. É preciso destacar o que se entende por poder público em se tratando de turismo de base local, ou seja, a esfera Municipal, pois esse desenvolvimento ocorrerá nos municípios e em suas comunidades.

Percebe-se que “[...] no contexto de desenvolvimento turístico, as relações com o poder público são muito mais estratégicas do que estruturais. Isso porque elas têm um caráter mutável e esta mutação está atrelada ao dinamismo presente no mercado turístico” (MIELKE, 2009, p.120).

A OMT (2001) aponta que em relação ao turismo, o Estado possui duas funções básicas:

- Executar as preferências da sociedade utilizando instrumentos de regulação econômica, os investimentos e a regulação fiscal e;
- Maximizar os benefícios sociais do turismo, facilitando uma maior e melhor informação, formação, gestão e aumento da produtividade do setor público e a provisão de bens públicos, que vão desde a ordem pública até a preservação do meio ambiente.

Para Mielke (2009, p. 121):

O Estado tem um papel claro dentro do processo que é o de criar e de manter um ambiente político estável para que os investimentos em turismo ocorram por si só por meio do diálogo entre empresários locais e não locais. E também para intermediar as negociações para que tais investimentos não causem desequilíbrio para a população.

Por sua vez, o terceiro setor, composto, sobretudo pelas chamadas organizações não governamentais, tem se tornado fundamental para o correto desenvolvimento do turismo sustentável.

Baseando-se em Dias (2008, p.117):

A Ação das ONGs insere-se no contexto de um aumento da participação do cidadão, e articulam-se de tal forma, que, ao mesmo tempo em que suprem deficiências do Estado no cumprimento de sua ação social, constituem-se cada vez mais como grupo de pressão importante e que de forma eficaz fazem o Poder Público cumprir de algum modo seus objetivos em áreas específicas.

O autor completa dizendo que, de modo geral, as ONGs têm no Estado seu principal interlocutor, atuando em todos os níveis nessa contextualização, tendo como característica um grande conhecimento do contexto social, político e econômico em que opera, tornando-se importantes atores em qualquer processo de planejamento do desenvolvimento, assumindo um caráter complementar ou de cobrança junto aos organismos oficiais, tendo como finalidade preencher lacunas nos serviços e programas estatais.

As Organizações não governamentais ou ONGs suprem deficiências do Estado e agem de forma eficaz, fazendo com que o Poder Público cumpra de algum modo os objetivos esperados pela população (DIAS, 2008).

No entender de Mielke (2009, p. 123)

Devido à complexibilidade de se levar a cabo projetos de desenvolvimento turístico por meio de articulação comunitária, as parcerias com as IES (instituições de ensino superior) e com as demais instituições não governamentais são extremamente importantes, desde que não infrinjam algumas condicionantes que estão ligadas ao processo de organização e solidificação do grupo de atores sociais.

Acerca do que foi visto até o momento, acredita-se que a parceria Estado x ONGs só alavancaria o desenvolvimento do turismo de base comunitária e local, tornando

as comunidades interessadas em potenciais desenvolvidas e preparadas para o turismo.

### **3 A COMUNIDADE PESQUISADA**

A comunidade tradicional da Ilha das Caieiras vem se destacando nesse contexto por suas particularidades e pelo desenvolvimento do turismo como atividade econômica e social, visando à preservação do meio ambiente e o seu entorno. Com isso vem buscando se adequar ao desenvolvimento do turismo de base local, por meio de sua cultura e tradições, seu modo de vida e manifestações folclóricas, seu artesanato, sua culinária e a prática da pesca artesanal, fatores esses que fazem dessa comunidade um atrativo turístico com elevado potencial de desenvolvimento do turismo sustentável.

A comunidade da Ilha das Caieiras localiza-se geograficamente ao norte e a oeste com a Baía Noroeste de Vitória, ao sul e a leste com os bairros de Santo André e São Pedro. Faz parte do complexo demográfico da “Grande São Pedro”, que compreende 10 bairros, está entre os bairros de tradição pesqueira mais antigos da capital, que culmina em diversas manifestações culturais influenciadas pela relação de proximidade com o ecossistema de manguezal da Ilha do Lameirão<sup>4</sup>, que é preservado pela Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão<sup>5</sup>(ECOBASE, 2010, p.03).

Conforme mencionado, o manguezal faz parte da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão e corresponde à categoria das Unidades de Conservação “Unidade de Conservação de Proteção Integral”, que tem como objetivo a preservação da

---

<sup>4</sup> Lameirão, um dos maiores manguezais urbanos da América Latina, com uma área de 891,83 hectares.

<sup>5</sup> Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL), Unidade de Conservação restrita, que só permite atividades monitoradas de educação ambiental e pesquisa científica.

natureza e a realização de pesquisas científicas “<sup>6</sup>. No caso de Caieiras, na Estação Ecológica são permitidas atividades de turismo e lazer, pois essas atividades fazem parte do programa de visita monitorada que consiste na educação ambiental e sensibilização para a preservação do meio ambiente.

Ramos (2004) nos chama atenção para a realidade dessa porção do município de Vitória que apresenta uma ocupação marcada por invasões e aterros em áreas de manguezais, formando imensos bairros que mostravam carência na criação de estratégias governamentais no tratamento da sua problemática habitacional desde o início de sua formação, o que veio a caracterizar essa área como pioneira no que tange o apoio e a participação do poder público.

Mesmo com toda dificuldade e com desenvolvimento lento a comunidade se encontra hoje engajada em projetos, onde cultura, tradição, gastronomia e sustentabilidade se associam para beneficiar e destacar a comunidade da Ilha das Caieiras no cenário turístico capixaba.

Com isso é relevante destacar o turismo sustentável como uma alternativa econômica em comunidades tradicionais, visando com isso atribuir a idéia de pertencimento à localidade, melhoria nas condições de vida, aumento na produção de recursos financeiros para as famílias e para a própria localidade, podendo manter seus costumes e tradições.

O turismo na Ilha das Caieiras se insere nesse contexto para alavancar o desenvolvimento e os crescimentos social e financeiro da comunidade, tendo como ponto de partida a participação de atores envolvidos e engajados na construção de uma comunidade melhor, não só para os moradores, mas também para o turista e todo o entorno que faz parte desse cenário, enfatizando a conservação ambiental e cultural que são de suma importância para o sucesso de qualquer iniciativa. Com

---

<sup>6</sup>Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº9. 985, de 18 de julho de 2000. Disponível em <http://www.idema.rn.gov.br>. Acesso em 06 de nov. de 2012.

diversidade de atrativos podemos mencionar a paisagem, cultura e culinária que faz com que a comunidade se destaque no cenário turístico capixaba.

Para melhor entendermos é preciso conhecer o fator que impulsionou esse novo ciclo de vida para a Ilha das Caieiras que foi o fechamento da fábrica de cal, empreendimento industrial que rendeu prosperidade e o nome da Ilha, que ocasionou a busca por alternativas de sobrevivência pela comunidade. Pertencente ao português Joaquim da Silva Miranda, que empregava direta ou indiretamente os moradores, a fábrica fechou suas portas em decorrência de seu falecimento e dos avanços tecnológicos. Voltando à sua vocação inicial, a Ilha das Caieiras se consolida como posto de abastecimento de peixes e frutos do mar da capital. Na década de 1990, surgiu a necessidade de se adequar à nova realidade iniciando-se o processo de desenvolvimento turístico na localidade (GUIMARÃES, 2010).

Foi preciso se adequar a nova realidade e para isso os moradores fizeram do que dispunham seu maior trunfo na comercialização de sua matéria prima, que era o pescado, assim uniram o fruto de seu trabalho a seus conhecimentos tradicionais e transformaram isso em atrativo turístico, representado pela gastronomia local, que hoje é o principal atrativo turístico da comunidade, a gastronomia oferecida nos restaurantes que exploram o sabor e a variedade dos pratos capixabas com receitas tradicionais, adaptados nas próprias residências dos moradores da comunidade, alguns panorâmicos, aproveitando os terraços das casas. Junto a este atrativo, desenvolve-se um roteiro cultural a pé e por barco pelo manguezal, que é uma visita monitorada de educação ambiental ou VMEA<sup>7</sup>, permitida na Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, justamente por ser de âmbito educacional, projeto apresentado e executado na comunidade pelo Instituto Capixaba de Ecoturismo (ICE)<sup>8</sup>. Essas e outras iniciativas em se fomentar o turismo têm significativo papel no aumento da demanda turística na localidade.

---

<sup>7</sup> VMEA: Visita Monitorada de Educação Ambiental.

<sup>8</sup> Instituto Capixaba de Ecoturismo.

Faz-se necessário destacar a participação ativa na comunidade do (ICE), que é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, desde 2002, por meio de ações conservacionistas e integradas, apóia o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Espírito Santo. Sua preocupação é valorizar as comunidades, os recursos naturais e a cultura local.

Em 2008, o ICE cria e inicia a implantação do programa de integração social Ecobase Ilha das Caieiras com a aprovação do Ministério do Turismo e parcerias com a Secretaria de Estado de Turismo, Prefeitura Municipal de Vitória e Centro Cultural Ilha das Caieiras. O Instituto vem implantando, na comunidade da Ilha das Caieiras, projetos que beneficiam os jovens e a comunidade local, preparando-os para o turismo, capacitando pessoas, dando suporte aos comerciantes, buscando fazer da região um atrativo turístico que mereça respeito e destaque no cenário turístico. O intuito do programa é qualificar e potencializar as atividades já existentes na localidade que tem como base a pesca, a cata de siri, a gastronomia local e o turismo. Para isso conta com a participação de outros atores, a partir de 2011, o programa efetiva a parceria com a Faculdade Estácio de Sá de Vitória, realizando a capacitação de agentes multiplicadores locais para atuarem em ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na comunidade, bem como a estruturação de roteiros e serviços para atendimento ao fluxo de turistas que começa a chegar à comunidade.

A partir de então, o programa prevê a elaboração de roteiros e organização dos serviços e divulgação e venda do produto formatado por meio de parcerias com a referida instituição de ensino superior, agências de turismo locais e dos principais destinos emissores.

Pode-se fazer uma análise das iniciativas sobre o turismo na localidade, observando que há baixa participação direta do poder público e da comunidade, que deveriam estar juntos nesse propósito. A possibilidade de sucesso no desenvolvimento turístico da localidade fica a mercê do interesse das ONGs como o ICE e de suas dificuldades em conseguirem manter uma parceria concreta. Com isso, o que se

percebe na localidade é a carência de ações que modifiquem o quadro de descaso para que haja o desenvolvimento da comunidade.

#### **4 PROPOSTAS E CENÁRIOS FUTUROS**

Diante do que foi exposto neste trabalho, pode-se inferir que no que se refere à condução do turismo de base local na comunidade de Ilha das Caieiras:

- A comunidade é carente de participação do poder público;
- Não há coesão entre as idéias e desejos dos moradores;
- Existe um grande problema em relação à conservação do meio ambiente;
- Falta sensibilização por parte dos comerciantes tendo em vista às dificuldades existentes na comunidade em relação ao turismo;
- Há pouca participação da comunidade junto às lideranças;
- Há resistência em relação às ONGs;
- A participação do ICE contribuiu para o desenvolvimento da localidade;
- O isolamento e a divergência entre moradores dificultam a participação de novos atores;

A comunidade está ciente de suas potencialidades e valores, mesmo sem saber como administrá-los, acreditam que o turismo possa ser aproveitado de modo social e financeiro. Para isso precisam utilizar “[...] os recursos ambientais como matérias primas, sem, entretanto esgotá-los, mas garantindo seu aproveitamento pelas gerações futuras” (TOMAZONNI, 2007). Faz-se necessário uma integração, participação e comprometimento de toda a comunidade para alcançar seus objetivos, o que observamos não acontece na referida comunidade.

Esse comprometimento deve vir de todos os moradores juntamente com órgãos públicos, terceiro setor e iniciativa privada fomentando o crescimento e desenvolvimento do turismo de base local.

Com isso, para que o turismo de base local se efetive nessa comunidade é necessário que:

- Haja engajamento da comunidade com outros atores;
- Participação ativa do poder público;
- Maior participação do terceiro setor;
- Sensibilização da comunidade em relação à conservação do meio ambiente e o seu entorno;
- Foco nas ações desejadas para o desenvolvimento do turismo local;
- Participação ativa da comunidade no fomento ao turismo e na qualidade de vida da localidade;
- Aceitação pela comunidade da participação de novos atores;
- Criação de novos projetos e aderência de novas ONGs;

Diante do exposto até o momento é possível aferir que a comunidade muitas vezes se omite, destacando sua carência, suas limitações, mas é preciso observar que alguns atores não se comprometem e deixam a desejar em suas participações, deixando a comunidade a mercê de sua própria sorte.

## **5 CONCLUSÃO**

Especificamente, a pesquisa que ora se apresenta consistiu em estudar o caso da Ilha das Caieiras, comunidade tradicional localizada no município de Vitória e em processo de implantação das diretrizes do turismo de base local e comunitário. A comunidade foi pesquisada à luz do desenvolvimento do turismo como atividade econômica e social. Destacamos sua cultura, seu modo de vida, suas tradições, seus atrativos turísticos, seu ecossistema e o modo como se relacionam com as lideranças governamentais, as ONGs, com o meio ambiente e entre si.

Em sua base teórica foi considerada a importância das comunidades tradicionais para o turismo, que nesse contexto cultural faz com que estas localidades tenham

atributos para se tornar um atrativo turístico potencial, alavancando a economia local, de forma a manter as tradições, os costumes e a união entre as famílias residentes na localidade. Atribuindo ao turismo geração de renda, empregos, capacitação à comunidade, para que aumente sua percepção em relação ao turismo e ao turista. Por isso o papel do poder público no desenvolvimento do turismo de base local foi destacado como liderança de suma importância nesse cenário. As organizações não governamentais também têm merecido destaque nesse contexto, pois suas contribuições tornaram-se fundamentais para o correto desenvolvimento do turismo sustentável.

O desenvolvimento local baseado no turismo sustentável envolve relações bastante complexas e só poderá ser concretizado se forem levadas em consideração as diversas dimensões da realidade de uma dada região. Feita uma análise das iniciativas sobre o desenvolvimento do turismo de base local. Foi observado também que há baixa participação do poder público e da própria comunidade, aumentando a dificuldade em se planejar o desenvolvimento turístico, econômico e social e que há um isolamento por parte dos moradores dificultando a participação de novos atores e o relacionamento com as ONGs.

É nesse cenário que apesar da resistência encontrada o Instituto ICE vem se destacando por sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade e a sua preocupação em sensibilizar moradores e comerciantes da localidade em relação aos problemas encontrados no meio ambiente que em sua maior parte são ocasionados pelos próprios integrantes da comunidade.

Diante do exposto, pode-se concluir que sem a participação direta do poder público e da maioria dos moradores locais, a comunidade se desenvolve com dificuldade e, a passos lentos, o turismo de base local. Embora tenha capacidade para se desenvolver, já que há iniciativas em curso, conduzidas pelo ICE e por recente parceria com a Faculdade Estácio de Sá de Vitória.

Porém, para que haja o desenvolvimento turístico e o crescimento da localidade, é necessário que a participação do poder público seja ativa nesse contexto, criando condições para que a comunidade se engaje juntamente com novos atores em todo esse processo de desenvolvimento, aumentando, com isso, a participação e a adesão de novos parceiros do terceiro setor e da iniciativa privada.

Essas ações podem facilitar a criação de novos projetos para a comunidade e diminuir resistências, possibilitando à referida comunidade estar à frente do desenvolvimento das atividades turísticas na localidade configurando-se na prática do modelo de turismo comunitário assim como se preconiza.

Diante disso, pode-se aferir que a referida comunidade ainda está longe de efetivar o turismo de base comunitária como modelo de gestão, pois tal modelo preceitua a atuação direta e autônoma da comunidade a partir da coesão e unidade que se estabelece na gestão participativa. Por outro lado, há iniciativas de base local, com a instituição não governamental presente na localidade e pelo engajamento de alguns atores da comunidade que trabalham para que haja mudança nesse cenário.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. In: SEABRA, G. **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. Paraíba, 2007

**ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade.** Disponível em <http://www.fernandoalmeida.com.br>. Acesso em 12 jul. 2012.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Sociocultural.** Brasília, 2006.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, A. C(Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2001.

IRVING, M. D. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R; GRUBERSANSOLO, D; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária** – Campinas; SP. Editora Alínea, 2009.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

POTUGUEZ, A. P; SEABRA, G; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Universitária da UFPB, 2012.

RAMOS, E. A. **Do mangue à casa: a Política de habitação popular no município de Vitória – ES**. 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM, Rio de Janeiro, 2005.

RICCO, A. S. **Processos culturais do turismo nas representações da identidade em Vila de Itaúnas (ES)**. Dissertação de Mestrado – Universidade São Marcos, São Paulo, 2009.

RUSCHMANN, D; SOLHA, T. K. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP; Manole, 2006.

SEABRA, G. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. Paraíba, 2007.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional**. 2007. Dissertação de Doutorado – Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação, área de concentração Relações Públicas, Propaganda e Turismo, USP, São Paulo, 2007.